



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

EMENDA Nº -CCJ
(à PEC nº 45, de 2019)

Dê-se a seguinte redação ao inciso II, do § 3º, do art. 133 e acrescente-se os seguintes arts. 133-A e 133-B, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“Art. 133.

*§ 3º
.....*

II – em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, nos demais casos.”

“Art. 133-A. Os saldos credores relativos aos tributos previstos nos incisos I, ‘b’, e IV, do art. 195, e art. 239 da Constituição Federal, existentes ao final de 2026, serão aproveitados pelos contribuintes na forma deste artigo.

§ 1º O disposto neste artigo alcança todos os saldos credores existentes: (i) na escrita fiscal, (ii) com pedidos de compensação ou ressarcimento pendentes de análise; ou (iii) por decisões judiciais transitadas em julgado.

§

§ 2º O saldo dos créditos de que trata este artigo poderá ser utilizado pelo contribuinte para compensação com débitos de quaisquer tributos federais, conforme disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, da seguinte forma:

§

I – pelo prazo remanescente, para os créditos relativos à entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente, apurados nos termos do:

(i) art. 3º, § 1º, III, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

- (ii) (ii) art. 3º, § 1º, III, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;
- (iii) (iii) art. 15, § 4º da Lei 10865, 30 de abril de 2004; ou (iv) em parcela única no caso da Lei 11.774, de 17 de setembro de 2008;

II – em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, nos demais casos.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também aos créditos ou ao direito ao crédito dos tributos referidos no caput deste artigo que sejam reconhecidos ou possam ser apurados após o prazo nele estabelecido, inclusive os créditos relativos à entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente.

§ 4º A partir de 2027, os saldos credores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro índice que venha a substituí-lo.

§ 5º Lei ordinária disporá sobre:

I – as regras gerais de implementação do parcelamento previsto no § 2º;

II – a forma mediante a qual os titulares dos créditos de que trata este artigo poderão transferi-los a terceiros;

III – a forma pela qual os créditos de que trata este artigo poderão ser ressarcidos ao contribuinte pela União Federal, caso não seja possível compensar o valor das parcelas nos termos do § 2º.

Art. 133-B – Aplicam-se as disposições do artigo 133-A, § 1º, § 2º, inciso II, § 3º, e § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela PEC 45-A, aos saldos credores relativos ao imposto previsto no art. 153, IV, da Constituição Federal, existentes:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

I - ao final de 2026, cujas alíquotas sejam reduzidas a zero, conforme disposto no art. 126, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a redação da PEC 45-A; ou
II - ao final de 2032, relativos aos produtos que também tenham industrialização na Zona Franca de Manaus;

§ 1º - Os saldos credores de que trata o caput deste artigo serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro índice que venha a substituí-lo, a partir de:

I - 2027, no caso do disposto no inciso I do caput deste artigo; ou

II - 2033, no caso do disposto no inciso II do caput deste artigo.”

JUSTIFICATIVA

O objetivo da emenda é a alteração do inciso II, §3º do artigo 133 e a inserção dos artigos 133-A e 133-B do art. 2º ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por considerar que a proposta de reforma tributária trazida pela PEC nº 45/2019 e aprovada pela Câmara dos Deputados definiu, no artigo 133, regras específicas para que os contribuintes possam reaver e compensar os saldos positivos de ICMS existentes até o final de 2032. Isso permitiria utilizar esses créditos para abater débitos relacionados ao IBS. Contudo, a PEC nº 45/2019 não abordou expressamente a possibilidade de reembolso e compensação dos saldos positivos de PIS/COFINS existentes até o final de 2026, e do IPI, existentes até o final de 2032.

A presente emenda busca incluir expressamente a possibilidade de reembolso e compensação dos saldos positivos de PIS/COFINS e IPI para os contribuintes, existentes no encerramento de suas cobranças (2026 e 2032, respectivamente), com débitos de quaisquer outros tributos federais, da mesma forma que já é permitido para créditos compensáveis através do Artigo 74 da Lei nº 9.430/96. Isso garantirá a utilização mais ampla dos créditos acumulados pelos contribuintes, mantendo o fluxo de compensação para o encerramento dos remanescentes das contribuições do sistema anterior no futuro sistema tributário nacional. Essa medida reduziria



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

possíveis disputas entre a Receita Federal e os contribuintes, bem como entre os próprios contribuintes, promovendo justiça tributária e neutralidade concorrencial ao imposto.

De forma similar ao que acontece com o ICMS, o PIS/COFINS e o IPI são tributos não-cumulativos, sendo comum que determinados contribuintes acumulem créditos em seus registros fiscais devido à natureza de suas atividades econômicas.

Além disso, é importante lembrar que os contribuintes que têm direito a esses créditos levam em consideração esse fator na formação do preço dos produtos que comercializam. Portanto, a proibição de sua compensação e reembolso não apenas violaria o princípio da segurança jurídica, mas também resultaria em enriquecimento injusto para a União Federal. Além disso, é relevante recordar que a própria PEC 45, aprovada pela Câmara dos Deputados, no Artigo 149-B, estabelece que o IBS e a CBS compartilharão não apenas vários fatores da regra de incidência, mas também as mesmas regras de não-cumulatividade e crédito. Portanto, estender o direito de aproveitar créditos acumulados ao encerrar o PIS/COFINS extinto e, inclusive, o IPI é uma medida necessária e que evitará impactos na precificação de combustíveis logo após a implantação da reforma tributária.

Ademais, os contribuintes que detêm créditos acumulados de PIS/COFINS até o final de 2026 enfrentarão um aumento na carga tributária com o início da CBS em 2027, já que a utilização de créditos estabelecidos sob o PIS/COFINS abolido em períodos anteriores não será permitida. Essa restrição, mesmo diante de alterações no texto constitucional, não pode infringir a segurança jurídica, o princípio da anterioridade e, especialmente, o da capacidade contributiva.

Existe a preocupação de preservar o direito aos créditos relativos ao CAPEX de forma inequívoca. Por esse motivo sugere-se a inclusão do § 3º do art 133-A contemplando de forma clara os créditos que sejam reconhecidos ou possam ser apurados após o prazo nele estabelecido, inclusive os créditos relativos à entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

Considerando as alterações ora apresentadas, propõe-se ainda, com o intuito de harmonizar as regras de compensação dos saldos credores dos tributos preexistentes, a adequação do art. 133 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a, em linha com o proposto para os saldos credores de PIS/COFINS e IPI, estipular o prazo de 120 (cento e vinte) meses para a compensação total do saldo credor de ICMS.

Diante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares, para a aprovação dessa emenda.

Sala das Comissões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO
MDB/PB